



**BELEM TEM QU  
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE  
CIRCO**

**DE CORPO  
E ALMA**

# CLIPPING



10 de  
MAIO  
2022

## REPÓRTER 70

### IMPASSE

Os trabalhadores notificados ontem, porém, argumentam que não têm onde trabalhar de forma autônoma, vendendo gelo, lanches e outros produtos que eles alegam ter maior clientela neste ponto da BR-316. Já o MPPA concorda que a ocupação irregular da margem da pista para fins comerciais tem gerado graves riscos de acidentes aos ocupantes e aos próprios consumidores, mas a Promotoria de Justiça de Marituba também diz que entende a questão da geração de renda aos trabalhadores, mas que é necessário encontrar uma forma de oferecer os serviços sem descumprir condições higiênico-sanitárias e de segurança. A reunião do dia 23, para ouvir os trabalhadores, será às 9h30, no Salão Paroquial da Praça Matriz de Marituba, e pelo clima ontem, durante

### EMPOUCASLINHAS

● A “Inserção de conteúdos voltados ao envelhecimento na grade curricular de ensino” é tema de reunião no plenário da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará (OAB-PA), hoje, das 14h às 17h.

● A reunião será presidida pela advogada Leticia Bitar, presidente da Comissão da Pessoa Idosa da OAB-PA. Entre os convidados, o advogado Emídio Rebelo Filho, colunista de O Liberal e presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará (FAAPA).

### CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## GRÁVIDAS

# Defensoria ajuda a reduzir número de mães presas

**LAÍS SANTANA**  
Da Redação

Caiu em 80% o número de mulheres grávidas e lactantes privadas de liberdade no Pará, de acordo com levantamento da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). O estudo considerou o período de janeiro de 2019 a maio de 2022, quando o quantitativo de mulheres passou de 35 para 7. De acordo com a Defensoria Pública do Estado (DPE), o resultado coincide com o trabalho que é desenvolvido pelo órgão junto às mães presas.

Em 2020, o Grupo de Trabalho Mulheres Livres, da DPE, reuniu defensores públicos para o atendimento de forma multidisciplinar de mulheres com filhos menores de 12 anos e/ou deficientes, com base no habeas corpus coletivo 4361. As atividades foram iniciadas no Centro de Reeducação Feminino,

aos 6 meses de idade, uma vez que a lei de execução penal não determina a idade de permanência da criança, mas diz que o filho da mãe presa e a mãe presa tem direito ao leite materno e aponta quais são os espaços adequados (até 6 anos creche, de 6 a 12 unidades materno infantis).

“Nós da Defensoria Pública fizemos um grande estudo e o nosso entendimento é lutar pela liberdade, mas aqui enfrentamos uma resistência do Poder Judiciário em relação a soltura de mulheres presas. Diante disso, nós estamos lutando para que esses espaços sejam adequados”, pontua Anna Izabel Santos.

Em 2021, no Pará, foi publicada a portaria nº 498 da Seap, visando garantir os direitos da mulher grávida ou parturiente dentro do sistema penitenciário. Para isso, a mulher precisa ter atenção

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de Reeducação Feminino, em Ananindeua, onde haviam mais de 300 mulheres mães que se enquadravam no perfil de trabalho. Desde então, o GT já resultou em mais de 200 pedidos de liberdade provisória.

"Está redução é proporcional ao trabalho que a Defensoria Pública tem feito de forma concentrada e permanente porque nós estamos atentos", afirma Anna Izabel Santos, defensora pública e coordenadora do GT Mulheres Livres.

O GT também elaborou o perfil socioeconômico das mães presas, apontando que 75% das mulheres são solteiras, 81% possuem mais de 3 filhos, 86% trabalhava informalmente, 69% possuem o ensino fundamental incompleto e 50% foram presas pelo crime de tráfico de drogas, considerado crime não violento.

A defensora pública aponta que uma das dificuldades de combater o número de mães presas esbarra na resistência do Poder Judiciário em entender a importância da soltura desta mulher. Exemplo disso é a separação do bebê da genitora

lher precisa ter atenção integral de saúde, assistência social e saúde mental, desde o momento em que ela é identificada como grávida. A partir daí, ela é encaminhada para a Unidade Materno Infantil (UMI), que faz parte dos complexos prisionais femininos do estado.

"O que nós defendemos que o Estado que quer que essa mulher seja mantida presa, disponibilize o tratamento adequado para essas mães e essas crianças, mas não o sendo a Defensoria está sendo incansável nesse sentido, já temos uma rede de apoio grande para acompanhar essa criança", pontua Ana Izabel Santos. A defensora ressalta ainda que a portaria é um marco histórico, contudo, a DPE junto com a Universidade Federal do Pará elaborou uma nota técnica criticando a portaria que será entregue à Seap nesta semana. "A nota técnica pontua a denominação que não é Unidade Materno Infantil e sim berçário, a necessidade de uma equipe multidisciplinar exclusiva, a necessidade de que haja uma estrutura melhor e o estímulo da visita através de subsídios", acrescenta.



Anna Izabel Santos: "O nosso entendimento é lutar pela liberdade"

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**MARITUBA****TAC remove informais da BR-316**

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Pará (MPPA) acompanhou ontem, em Marituba, o cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que trabalhadores irregulares desocupem as margens da rodovia BR-316.

O termo foi firmado entre o MPPA e a Associação dos Trabalhadores Autônomos e Informais de Marituba (Ataim). A Promotoria de Justiça de Marituba foi responsável pela ação.

Ambulantes e vendedores que ocupam irregularmente a área devem cumprir o TAC, resultado de diversas reuniões com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda de Marituba.

O Ministério Público argumenta que a área ao longo da rodovia é essencial à segurança viária. "Sua ocupação irregular para fins comerciais tem gerado graves riscos de acidentes aos ocupantes e também aos consumidores, além de descumprir o Código de Posturas do Município e também de oferecer serviços que podem descumprir condições higiênico-sanitárias adequadas aos consumidores", afirma o MPPA.

O TAC tem como objetivo o cadastro e a indicação de possibilidades para realocação, em condições dignas e seguras, dos ocupantes irregulares removidos e realocados nos espaços identificados como alternativas pela Prefeitura de Marituba. Para que o processo de mudança dos trabalhadores seja de comum acordo, o MPPA convida os autônomos para esclarecer dúvidas e expor seus pontos de vista em uma reunião, em 23 de maio, às 9h30, no Salão Paroquial da Praça Matriz de Marituba.

CLIPPING D

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

---

## LINHA DIRETA

**Foi publicado** ontem, 9, no Diário Oficial do Estado, o contrato que traz o Cebraspe como instituição realizadora do XIII concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Pará.

**Ao todo** serão 65 vagas e mais cadastro de reserva para o cargo de promotor de Justiça do MPPA. Agora, serão adotadas as providências pertinentes ao início da execução do objeto contratado.

# PELO INTERIOR POLÍCIA PÕE 8 ATRÁS DAS GRADES

Prisões por diversos crimes ocorreram em várias cidades do interior paraense

## PRISÕES

**Tiago Silva**  
DE CASTANHAL

**A** Polícia Militar, por meio do Centro de Policiamento Regional III (CPR III) e do 5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM), divulgaram, na manhã de ontem, o balanço das operações realizadas durante o final de semana nos municípios de Castanhal, Terra Alta, Marapanim, São João da Ponta e São Francisco do Pará, região do nordeste paraense. No total, 6 pessoas foram presas por tráfico de drogas. Um homem foi preso por porte ilegal de arma de fogo e um foragido da justiça foi recapturado. Armas de fogo e drogas foram apreendidas.

Em Castanhal, por volta das 8h de sexta-feira (6), um foragido da justiça foi recapturado no bairro São José. Contra Victor Augusto de Araújo Garcia, de 25 anos, existia em aberto um mandado de prisão por crime de latrocínio, que é o roubo seguido de morte, ocorrido no município de Ourém. A vítima foi um jovem enfermeiro. Após ser ouvido na delegacia de Castanhal, Victor Augusto de Araújo Garcia foi encaminhado para um presídio da região metropolitana de Belém, onde ficará custodiado até outra decisão do Poder Judiciário.

A captura do criminoso foi efetuada por policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (ROCAM). Em outra ocorrência, por volta das 22h30min de sábado (7), na rua Adailson Rodrigues, área do bairro Jaderlândia, policiais do grupamento ROCAM pren-



Majoria dos presos estava com drogas durante as operações pelo interior

FOTOS: DIVULGAÇÃO

deram um traficante, identificado como Rafael Spinosa da Silva, de 27 anos. No total, foram apreendidas 60 pedras de óxi.

Na quarta-feira (4), Rafael foi preso após ser flagrado com 90 pedras de óxi, mas foi posto em liberdade após passar por uma audiência de custódia. Pela segunda vez preso por tráfico de dro-

gas na mesma semana, Rafael Spinosa da Silva se encontra à disposição da Justiça. Ainda em Castanhal, no início da noite de sábado (7), por volta das 18h30, um casal foi preso por tráfico de drogas. O casal foi identificado como Cleidilson Pinto da Silva e Tatiane da Silva. Na residência dos acusados, localizada no bairro Janetama, fo-

ram apreendidas 280 porções de maconha do tipo "limãozinho" e um tablete de maconha prensada, além de uma balança de precisão e certa quantia em dinheiro.

## MAIS PRISÕES

Em São João da Ponta, por volta das 11h de sexta-feira (6), no bairro São João Novo, uma mulher foi presa pelos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo.

No imóvel, foram encontradas 9 porções de maconha e uma arma de fogo de fabricação artesanal com capacidade para quatro disparos. A mulher, identificada como Vitória Alves dos Santos ainda quebrou um aparelho celular para que os policiais militares não vissem as mensagens referentes ao tráfico de drogas. A mulher foi autuada em flagrante delito pelos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo.

Já na Vila de Vista Alegre, zona rural do município de Marapanim, um homem foi preso por porte ilegal de arma de fogo após ser flagrado com um rifle calibre 22. O acusado, identificado apenas como André, também conhecido como "Samuim", estava efetuando disparos de arma de fogo em via pública quando foi denunciado por populares e preso pela Polícia Militar.

E, em São Francisco do Pará, foi preso um homem acusado de tráfico de drogas. Ele foi identificado apenas como Anderson, flagrado com uma porção média de pedra de óxi.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+



**TERÇA-FEIRA**

**IDOSO É ASSALTADO E MORTO EM TERRA ALTA**  
PÁGINA 3

**Diário do Pará**

# POLÍCIA

**EM ALTAMIRA**

## MULHERES SÃO PRESAS POR VÁRIOS CRIMES

**EM CANA**

**JR Avelar**

**A** Polícia Civil de Altamira, através da 22ª Seccional Urbana vinculada à Superintendência Regional do Xingu, prendeu em flagrante as mulheres identificadas como Kailane Pereira e Pereira e Stefani de Alcântara Tristão Silva Cruz pelos crimes de tentativa de homicídio, porte ilegal de arma de fogo e adulteração de veículo automotor.

A polícia informou que no dia 5 de maio, por volta das 9h, tomou conhecimento de uma ocorrência de tentativa de homicídio no bairro Ibiza na periferia da cidade de Altamira. Na ocasião

dos fatos, o veículo da vítima identificada como Lucineide Silva Cordeiro foi atingido por quatro disparos de arma de fogo, disparados em direção a sua cabeça.

Os disparos destruíram os vidros do lado direito do carro, mas não acertaram a vítima que compareceu na delegacia de Altamira e informou que as autoras do crime seriam duas mulheres em uma motocicleta modelo Honda, cor preta.

A vítima em depoimento informou ainda que uma das suspeitas seria uma empresária da cidade de Medicilândia que é ex-mulher do seu atual namorado. Após a comunicação formal do crime às autoridades, a Polícia Civil iniciou diligências no sentido de identificar as criminosas.

A informação da suspeita foi



**A dupla foi presa por tentativa de homicídio, porte ilegal de arma de fogo e adulteração de veículo**  
FOTOS: DIVULGAÇÃO



repassada à Polícia Militar que conseguiu abordá-la na chegada a cidade de Medicilândia, sendo identificada como Stefani de Alcântara Tristão Silva Cruz que foi encaminhada a delegacia de Medicilândia para prestar esclarecimentos acerca dos fatos, porém em um primeiro momento negou a autoria do crime.

**DILIGÊNCIAS**  
Os policiais realizaram diligências em Medicilândia e

encontraram a moto da suspeita que estava com um pano preto na placa, que tinha como objetivo esconder o sinal identificador após o cometimento do crime.

Na posse de novas informações a polícia civil de Altamira diligenciou até o endereço da outra suspeita, Kailane Pereira e Pereira de 18 anos de idade que ouviu em depoimento acabou confessando a participação no crime, levou os policiais até onde

estava escondida a arma do crime um revólver calibre 38 com quatro munições deflagradas.

Kailane Pereira informou que dirigia a motocicleta e que Stefani de Alcântara foi a pessoa que efetuou os disparos contra o veículo da vítima. Diante dos fatos, foi lavrado auto de prisão em flagrante pelos crimes de tentativa de homicídio qualificado, porte ilegal de arma de fogo e adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## Tribunal eleitoral do Pará vai debater assédio e gênero no Judiciário

- 9 de maio de 2022

13 de maio de 2022

**Assédio e Gênero:**  
reflexões sobre discriminação e violência  
no âmbito do Poder Judiciário

Evento online e presencial  
Inscrições pelo endereço  
<http://eventos.tre-pa.jus.br>

Local: Plenário do TRE Pará  
Hora: 9h30  
Organização:  
STD/CODES/SGP

**Ivana Farina**  
Procuradora de Justiça - GO /  
Conselheira do CNJ (2019-2021)

**Riane Freitas**  
Pedagoga e membro da Comissão  
de Participação Feminina  
do Tribunal de Justiça do Pará

Logos: Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Comissão de Participação Feminina, etc.

- [Barra decorativa]
- [Barra decorativa]
- [Barra decorativa]
- [Barra decorativa]

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) realiza nesta sexta-feira (13/5), às 9h, a mesa redonda [“Assédio e Gênero: reflexões sobre discriminação e violência no âmbito do Poder Judiciário”](#). O objetivo é debater as políticas adotadas na prevenção e no enfrentamento ao assédio moral, sexual e atos

discriminatórios nos órgãos do Judiciário, com foco na reflexão sobre a questão de gênero.

O evento terá transmissão ao vivo no [canal do TRE-PA no YouTube](#). A ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e procuradora de Goiás, Ivana Farina, vai apresentar o [Protocolo para Julgamento sobre Perspectiva de Gênero](#). E a pedagoga e membro da Comissão da Participação Feminina do [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#), Riane Freitas, trata dos “Impactos da violência no ambiente de trabalho”.

Promovida pelas comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e de Incentivo à Participação Feminina, ambas do TRE-PA, a iniciativa está alinhada à [Semana Nacional de Combate ao Assédio e à Discriminação](#). A partir deste ano, os tribunais de todo o país estão promovendo, anualmente, ações para promover o ambiente de trabalho saudável no Judiciário.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## BELÉM

Ocupantes irregulares das margens da BR-316 são notificados pelo Ministério Público

A ação está associada ao cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Da Redação

09.05.22 20h03



**O Ministério Público afirma que tem procurado o diálogo com os ocupantes (Ascom/ MPPA)**

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Ministério Público do Pará (MPPA) acompanhou nesta segunda-feira (9), em Marituba, o cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que visa a desocupação de margens da rodovia BR-316, onde atuam trabalhadores irregulares. O termo foi firmado entre o MPPA e a Associação dos Trabalhadores Autônomos e Informais de Marituba (Ataim). A Promotoria de Justiça de Marituba foi responsável pela ação.

Ambulantes e vendedores que ocupam irregularmente a área devem cumprir o termo de ajustamento, que foi resultado de diversas reuniões realizadas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda do Município de Marituba.

De acordo com o entendimento do Ministério Público, a área ao longo da rodovia é essencial à segurança viária. “Sua ocupação irregular para fins comerciais tem gerado graves riscos de acidentes aos ocupantes e também aos consumidores, além de descumprir o Código de Posturas do Município e também de oferecer serviços que podem descumprir condições higiênico-sanitárias adequadas aos consumidores”, afirma o MPPA.

O Termo tem como objetivo a realização de cadastro e a indicação de possibilidades para a realocação, em condições dignas e seguras, dos ocupantes irregulares que precisarão ser removidos e realocados nos espaços identificados como alternativas pela Prefeitura de Marituba.

Para que o processo de mudança dos trabalhadores seja de comum acordo, o MPPA convida os autônomos para tirar dúvidas e expor seus pontos de vista em uma reunião, que será realizada no dia 23 de maio, às 9h30, no Salão Paroquial da Praça Matriz de Marituba.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# AMAZÔNIA

## POLÍCIA

Acusado de matar companheira por estrangulamento tem audiência de instrução em Belém

Crime aconteceu em 2018, mas ele só foi preso em março deste ano

O Liberal

09.05.22 20h57



**A jovem morava maritalmente com o acusado quando foi assassinada na kitnet que o casal dividia no bairro da Pedreira (O Liberal / Arquivo)**

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Nesta segunda-feira (9), a Justiça promoveu a audiência de instrução e julgamento, um ato importante dentro do processo que busca elucidar o crime cometido contra Pamella Cristina Silva do Amaral, de 18 anos, no ano de 2018, no bairro da Pedreira, em Belém.

A jovem foi encontrada morta, já em avançado estado de decomposição. O companheiro dela, à época, Francisco Paulo de Assis, de 40 anos, é tido como

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

o principal acusado, até então. Ele só foi preso em março deste ano, no município de Terra Alta, no nordeste do Pará.

No bairro da Cidade Velha, em frente ao Fórum Criminal de Belém, por toda a manhã desta segunda-feira, foi intensa a movimentação de familiares, amigos e integrantes de movimentos sociais, reivindicando justiça à morte de Pamella.

A jovem já morava maritalmente com Francisco quando foi assassinada. Ele confessou que a matou estrangulando-a até à morte, na kitnet que o casal dividia no bairro da Pedreira, em Belém.

Somente dias após o homicídio, o corpo foi achado em um colchão em estado avançado de decomposição em novembro de 2018. De acordo com o Instituto Médico Legal (IML), órgão vinculado à Polícia Penal, os exames legais atestaram a morte por estrangulamento.

Há, inclusive, suspeita de que Pamella estivesse grávida, mas essa condição não pôde ser confirmada pela perícia criminal por causa da grande debilidade do cadáver. Familiares da vítima alegam que a jovem frequentemente sofria agressões de Francisco Paulo de Assis.

### **O que acontece após a audiência de instrução e julgamento?**

Pelo Código Penal, a audiência de instrução e julgamento pode ser considerada o principal ato dentro de um processo, pois é nela que testemunhas, vítimas (quando possível), peritos e acusados são ouvidos para que sejam colhidas provas orais através de depoimentos. Isso ocorreu nesta segunda-feira no caso, em questão, a partir de agora, é aguardada a sentença do juízo.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## Acusado de matar namorada vai a julgamento em Belém

Pamella Cistina foi morta estrangulada pelo companheiro em novembro de 2018

segunda-feira, 09/05/2022, 16:43 - Atualizado em 09/05/2022, 16:42

- Autor: **DOL/ Sancha Luna/ RBA TV**



**Movimentos sociais se juntaram na frente do fórum em solidariedade a parentes de Pamella para pedir pela condenação do acusado. | Reprodução/ Arquivo pessoal**

Brasil registra, em média, um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. Os dados são alarmantes e preocupam as autoridades e a população. Há mais de três anos, a família da vendedora Pamella Cistina Silva do Amaral, de 18 anos, espera por Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



seguida, outras cinco testemunhas de acusação foram ouvidas, dentre elas, a mãe de Pamella.

Movimentos sociais se juntaram na frente do fórum em solidariedade a parentes de Pamella para pedir pela condenação do acusado. Neste momento, houve um bate boca entre os familiares da vítima e do acusado.

A mãe da vítima contou que tomará providencias sobre a confusão, já que é constantemente ameaçada pelos familiares do assassino da filha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## MP reúne com Núcleo de Transporte para tratar de alagamentos na BR-316

10 MAI 2022 - 10H07 ATUALIZADO 10 MAI 2022 - 10H40



Crédito: Reprodução/Redes sociais

A 5ª Promotoria de Justiça de Marituba realizou, nesta segunda, 9, audiência extrajudicial tele presencial com representantes do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM) e dos Municípios de Marituba e Ananindeua, com o objetivo de tratar das providências relativas aos alagamentos na BR 316.

A reunião objetivou acompanhar as medidas adotadas pelo NGTM e municípios, considerando que uma conjugação de esforços é necessária para a solução definitiva da questão. Inclusive com a realização de obras que ampliem a vazão, e criem novas galerias para evitar a ocorrência de alagamentos, em períodos de aumento da vazão do igarapé das toras em períodos chuvosos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O NGTM informou, que um novo pedido de licenciamento ambiental será realizado a fim de viabilizar as intervenções na BR. Além disso, em articulação com os Municípios, foram realizadas ações de manutenção na galeria superficial, com atividades de limpeza e desobstrução. Este trabalho alcançou resultados positivos, reduzindo o acúmulo de águas no canteiro e nas galerias, porém ainda é necessário realizar a obra para ampliação das galerias, a fim de permitir a melhoria da capacidade de escoamento.

Foi ressaltado ainda, que ações como: alterações na área de entrada do Condomínio Arpoador; tratamento da necessidade de intervenções na Comunidade Santa Helena; intervenção de galpões comerciais, localizados às margens da BR e na área de preservação permanente do Igarapé das Toras, ainda são necessárias para que exista uma solução definitiva da questão.

*Com informações da Ascom MPPA.*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## MP notifica vendedores ambulantes para que deixem margens da BR-316 em Marituba

09 MAI 2022 - 16H00 ATUALIZADO 09 MAI 2022 - 17H09



Crédito: Reprodução/MPPA

O Ministério Público do Pará (MPPA), através da Promotoria de Justiça de Marituba, acompanhou o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Associação dos Trabalhadores Autônomos e Informais de Marituba (ATAIM), nesta segunda-feira, 9 de maio.

O TAC refere-se à desocupação da área pública irregularmente ocupada por ambulantes e vendedores localizados às margens da Rodovia BR 316, sendo firmado após diversas reuniões realizadas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda do Município de Marituba.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A área ao longo da rodovia é pública e essencial à segurança viária. Sua ocupação irregular para fins comerciais tem gerado graves riscos de acidentes aos ocupantes e também aos consumidores, além de descumprir o Código de Posturas do Município e também de oferecer serviços que podem descumprir condições higiênico-sanitárias adequadas aos consumidores.



Diante disso, o Termo tem como objetivo a realização de cadastro e a indicação de possibilidades para a realocação, em condições dignas e seguras, dos ocupantes irregulares que precisarão ser removidos e realocados nos espaços identificados como alternativas pela Prefeitura de Marituba.

O Ministério Público tem procurado o diálogo com os ocupantes a fim de que a realocação ocorra de forma consensual e observe as vulnerabilidades sociais dos ocupantes. Para garantir esta escuta, o MPPA convida os trabalhadores autônomos para tirar dúvidas e expor seus pontos de vista em uma reunião, no dia 23 de maio, às 9h30, no Salão Paroquial da Praça Matriz.

*Com informações do PJ de Marituba.*

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação 'Uncle' prende homem suspeito de estuprar o sobrinho em Rurópolis, no PA

**Caso aconteceu na noite do dia 1º de maio. O suspeito foi preso na tarde desta segunda (9).**

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA

09/05/2022 18h00 Atualizado há 17 horas



Suspeito de estuprar sobrinho de 14 anos foi preso preventivamente em Rurópolis, no Pará — Foto: Reprodução

A polícia de Rurópolis, sudoeste do Pará, deu cumprimento a mandado de prisão preventiva de um homem de 32 anos suspeito de estuprar o próprio sobrinho, um adolescente de 14 anos. O crime aconteceu na noite do dia 1º de maio, em um matadouro da cidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

O pedido de prisão preventiva do suspeito foi feito pelo delegado Ariosnaldo Vital Filho, após levantamento dos fatos. Um boletim de ocorrência sobre o caso foi registrado pela mãe do adolescente vítima de estupro. Ela é irmã do suspeito. A prisão aconteceu em um bar na comunidade Tambos. E de acordo com a polícia, o suspeito não resistiu à prisão, sendo conduzido para a delegacia de Rurópolis e segue à disposição da Justiça.

De acordo com boletim de ocorrência, por volta das 21h30 do dia 1º de maio, o saiu de moto na companhia do sobrinho de 14 anos, sem dizer à mãe do menino onde estavam indo quando ela perguntou. Pouco mais de uma hora depois, ele retornou deixando o sobrinho na frente da casa onde moravam e saiu novamente.

O adolescente chamou uma irmã de 16 anos e relatou a ela que tinha sido abusado pelo tio. A adolescente chamou a mãe e na presença do irmão, pediu que ele contasse o que tinha acontecido. O adolescente relatou à mãe que foi levado pelo tio a um matadouro da cidade onde foi estupro.

Diante do relato do filho, a mulher procurou uma guarnição da Polícia Militar e foi orientada pelos policiais a ir até à delegacia registrar boletim de ocorrência. Antes de ir à delegacia, a mulher expulsou o irmão de casa.

Após o registro do boletim de ocorrência, o adolescente foi encaminhado à unidade do ParáPaz em Santarém, onde passou por escuta especializada e confirmou as informações repassadas à polícias. O adolescente também foi encaminhado a exame sexológico no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br